



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

1- INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da **FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC**, com sede na Rua Clarimundo de Melo nº 874 – Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro - RJ, torna público que, devidamente autorizada por sua Presidente, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-26/005/424/2014**, fará realizar no dia **10/07/2014 às 14:00 horas**, no auditório da sede administrativa, no endereço supracitado, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA do tipo maior oferta**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as modificações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pelo Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, Lei Complementar 08 de 25/10/77 e alterações posteriores e Lei Complementar 123/2006, além das demais disposições legais aplicáveis, e do disposto no presente edital.

1.2 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.faetec.rj.gov.br, podendo ser adquirido no Setor de Preparo de Licitações, situado na Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, mediante a permuta de **01 (um) PEN DRIVE com capacidade de armazenamento de 8GB** e a apresentação de 01 (um) CD-ROM virgem, ou PEN DRIVE para gravação de arquivo e o carimbo da empresa com CNPJ, de segunda a sexta-feira das 9:00h às 16:00h.

1.3 A Concorrência Pública a que se refere este Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, ou anulada, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 229, da Lei Estadual nº 287/79 c/c o art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, na ASSESSORIA ESPECIAL/FAETEC, na Rua Clarimundo de Melo, 847, das 10 horas até às 17 horas, ou por meio do telefone n.º 2332-4108, ou ainda, pelo e-mail spl@faetec.rj.gov.br.

1.4.1 Caberá à Presidente da Comissão de Licitação, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes da celebração do certame, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.2.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

1.5 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Clarimundo de Melo, 847 - Quintino Bocaiúva, das 10:00 h até as 16:00 h, no **Protocolo Central – PROCEN**.

2- DO OBJETO

2.1 O objeto da presente CONCORRÊNCIA PÚBLICA é a **permissão de uso com encargos, na área de reprografia, a fim de atender ao público interno, da Unidade CETEP QUINTINO, na Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – RJ, da Rede FAETEC.**

2.2 O vencedor deverá atender às comunidades discentes, docentes e funcionais da Unidade Escolar, bem como respeitar o disposto no Termo de Referência, parte integrante deste Edital (ANEXO III), nos dias e horários de funcionamento da Instituição.

2.3 As características e o total de área do espaço a ser utilizado estão definidos no ANEXO III (Características do Imóvel).

3 - TIPO DE LICITAÇÃO

3.1 A presente licitação rege-se pelo **tipo maior oferta**.

3.2 Será observado como oferta mínima o valor **mensal de R\$679,15 (Seiscentos e setenta e nove reais e quinze centavo)**, que corresponde a **R\$8.149,78 (Oito mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos) pelo período de 12 meses**, fixado pelo laudo de avaliação imobiliária elaborado pela empresa executora de medição, constante do processo administrativo nº E-26/36.741/2010 (Anexo III).

4 - CONDIÇÕES E VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 **Poderão participar do certame as pessoas físicas ou jurídicas** interessadas, que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.

4.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Estadual, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

4.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

4.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666/93.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls. _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

5. DA FASE DE HABILITAÇÃO

5.1 DOS CADASTRADOS

5.1.1 Poderão participar da licitação os inscritos no Registro Central de Fornecedores mantido pela Superintendência de Suprimentos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG mediante a entrega, na data de apresentação das propostas (cláusula 1), de cópia autenticada do citado registro.

5.1.2 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos **subitens 5.3.1; 5.4.1; alínea a, do item 5.5.1 e 5.7.1.**

5.1.3 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no **subitem 5.6 .**

5.2 – DOS NÃO CADASTRADOS

5.2.1 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nas cláusulas **5.3 a 5.8 .**

5.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1 DAS PESSOAS JURÍDICAS

Para fins de comprovação da habilitação jurídica deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.
- h) Caso a licitante se enquadre como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do **Anexo VII**, do Edital.

5.3.2 DAS PESSOAS FÍSICAS

5.3.2.1 As pessoas interessadas em participar da presente licitação deverão apresentar os seguintes documentos para habilitação:

- a) Cédula de Identidade (art. 28, I);
- b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF (art.29, I);
- d) Última Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega e se for o caso, cópias autenticadas dos recibos de pagamento das parcelas efetivamente pagas à Receita Federal ou Declaração de Isento, ou prova de **Regularidade com a Fazenda Federal** através da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- e) Certidão negativa de Pedido de Falência ou Recuperação, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- f) Comprovante de Residência em nome do licitante.

5.3.3 DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.3.3.1 As pequenas e microempresas, assim definidas na legislação tributária estadual convidadas e não cadastradas deverão apresentar os seguintes documentos (Decreto 31.723/2002 – D.O. 28/08/2002):

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS – CND;



EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

- c) Ato constitutivo da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte devidamente registrado na junta comercial;
- d) Prova de inscrição como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte perante a Secretaria de Estado de Finanças;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (ICMS), mediante a apresentação da certidão negativa de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Finanças e certidão de Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, ainda, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa de imposto sobre serviço de qualquer natureza.

5.3.4 DAS COOPERATIVAS

5.3.4.1 Será admitida a participação de cooperativas que atendam as exigências do item 4.1 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto (com ata da assembléia de aprovação);
- c) regimento interno (com ata de aprovação);
- d) regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- e) edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- f) registro da presença dos cooperados em assembléias gerais;
- g) ata da sessão em que os cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada um na cooperativa.

5.3.4.2 Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

5.4. DA REGULARIDADE FISCAL

5.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, por meio da certidão de tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (ICMS), mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Finanças e certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, ainda, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.
- d.1** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;
- d.2** Caso o licitante seja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio de apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda e certidão de Dívida Ativa para fins de Licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa de imposto sobre serviço de qualquer natureza;
- f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

5.4.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos, caso em que devesse ser aplicado o disposto na cláusula **7.14**.

5.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.5.1 Todos os licitantes deverão apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

5.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes (quando for o caso), que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- b) comprovação, feita por meio da apresentação, em original do atestado de visita fornecido e assinado pelo servidor responsável, de que o responsável técnico, a pessoa física, ou o empregado da licitante com habilitação técnica e devidamente indicado para tal fim, visitou o local da prestação do serviço e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação.

5.6.2 Efetuar a visita técnica, apresentando a Declaração de Visita Técnica, conforme Anexo VIII, para fins de comprovar que a proponente vistoriou o local do Complemento do TERMO DE REFERÊNCIA e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas do espaço físico, para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Após a vistoria e demais procedimentos daí decorrentes, em hipótese alguma a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes que venha prejudicar sua perfeita execução.

5.6.2.1 Os participantes deverão realizar visita técnica entre os dias 27, 30/06, 01, 02, 03, 07 e 08/07/14. A Declaração de Visita Técnica (Anexo VIII) deverá ser lavrada em 03 (três) vias, assinada pelo representante da Unidade desta Fundação, que acompanhou a visita e pela licitante. A declaração **DEVERÁ SER APRESENTADA À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, situada na Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiuva – RJ, até o dia 09 de julho de 2014, no horário de 10:00h às 17:00h, sob pena de inabilitação.

5.6.2.2 A visita técnica deverá ser agendada previamente, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 9:00h às 17:00h, em dias úteis, na DIVPAT, pelo telefone (21) 2332-4088, respeitando o prazo constante no item 5.6.2.1.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

5.7 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

5.7.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo IV, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

5.8 – DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

5.8.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

6.1 No local, data e hora fixados no item 1.1, apresentarão os licitantes suas propostas em 2 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

- I. ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO**
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

- II. ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS**
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

6.2 Os documentos dos envelopes “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e “B” - PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

6.3 Os documentos exigidos no ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no original ou em cópias reprográficas autenticadas, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, e rubricados pelo representante legal do licitante.

6.4 Pode a Comissão de Licitação pedir a exibição do original dos documentos.

6.5 O ENVELOPE “A” conterà os documentos especificados no item 5.



EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

6.6 Os documentos do ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados em 1 (uma) via, exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela administração (Anexo I) ou modelo idêntico a ser apresentado pelo licitante o qual deverá ser preenchido por processo digital e devidamente rubricado pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

6.6.1 O licitante deverá apresentar, como anexo da proposta comercial, a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, nos termos do Modelo de Declaração constante do Anexo II.

6.7 Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes à Comissão de Licitação.

6.8 As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope à Presidente da Comissão de Licitação, junto com os envelopes “A” e “B”. Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida neste item, ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.

6.8.1 Do instrumento procuratório mencionado no item acima deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.

6.8.2 A Carta de Credenciamento (Anexo IX), a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere o item 6.8, inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

6.8.3 Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

6.8.4 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

6.8.5 Todos os documentos entregues à Comissão de licitação devem estar em completa concordância a Portaria Suprim n.º 118 de 08/07/05 e Portaria Suprim n.º 120 de 18/05/06 e toda legislação pertinente.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

7- PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os envelopes “A” e “B”, apresentados na forma anteriormente definida. Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto, deverão estar munidos da carta de credenciamento, firmada pelo representante legal da empresa, com poderes para praticar todos os atos da licitação, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e se manifestar quanto à desistência de interposição de recurso.

7.2 Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “A” e “B” de todos os licitantes presentes. Em seguida serão abertos os envelopes “A” de todos os licitantes, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão de Licitação. Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

7.3 No caso da sessão ser suspensa para julgamento de habilitação, os envelopes “B” serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os licitantes presentes devidamente credenciados.

7.4 Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “A” será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas no item 5 deste edital.

7.5 Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA DE PREÇOS, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes “B” – PROPOSTA DE PREÇOS, fechados.

7.6 Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA DE PREÇOS, observado o prazo de recurso estabelecido em lei. No caso de todos os licitantes estarem presentes, a intimação para a nova data dar-se-á na própria sessão pública, dispensada a publicação na imprensa oficial ou notificação.

7.7 Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

7.8 No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por todos

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

os licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as propostas de preços dos licitantes habilitados, e devolvidos os envelopes “B”, mediante recibo, aos inabilitados.

7.9 Juntamente com a proposta financeira, apresentada pelo licitante, deverão ser apresentadas, a discriminação dos serviços que serão oferecidos e o Projeto de Adaptação do espaço (caso necessário) com Memorial Descritivo de Serviços, Equipamentos, Mobiliário, Materiais e Especificações Técnicas.

7.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital e aquelas que apresentarem valor inferior ao mínimo estipulado.

7.11 Será declarada vencedora a licitante que oferecer a proposta mais vantajosa, entendida esta como a que preenche os critérios básicos exigidos e oferece o maior valor de contrapartida mensal.

7.12 No caso de empate entre as propostas de **maior oferta**, será utilizado como critério de desempate o sorteio público.

7.13 Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.

7.14 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período a critério da FAETEC. Aguardar-se-ão os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

7.14.1 A prorrogação do prazo deverá sempre ser concedida pela FAETEC quando requerida pelo licitante, exceto quando exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a emissão da Nota de Empenho, devidamente justificados.

7.14.2 A não regularização da documentação no prazo previsto na cláusula **7.16** implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo facultado a FAETEC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.15 O julgamento das propostas de preços (envelopes “B”) e a classificação final das propostas será objeto de ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

7.16 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

7.16.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da FAETEC esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.17. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

7.18 À critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

8- DA ADJUDICAÇÃO

8.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Presidente da FAETEC, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato – Anexo X.

8.2 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá à Presidente da Comissão de Licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.3 Na forma do disposto no Decreto Estadual nº 33.925 de 18.09.2003, o licitante vencedor deverá apresentar como condição para assinatura do contrato, declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social, reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção (Anexo V e VI):

- I. de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II. de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III. de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV. mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

8.4 Poderá o Ordenador de Despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.



EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

8.5 Na hipótese de não atendimento do dispositivo no item anterior, poderá a Administração contratante proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, como faculta o art. 64, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

8.6 O licitante vencedor deverá demonstrar, mediante declaração a ser apresentada no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços, com fornecimento de mão de obra, que procede a reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o art. 1º do Decreto n.º 36.414 de 25.10.2004.

9 - DO PRAZO

9.1 - O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados a partir de assinatura do Termo de Permissão de Uso.

9.2 - O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta do PERMISSONÁRIO seja mais vantajosa para o PERMITENTE.

10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado mensalmente até o 5.º (quinto) dia corrido do mês, subsequente ao vencido, mediante depósito bancário à vista, em moeda corrente a favor da FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, no **Banco Bradesco S/A (237), Ag. 6898-5, Conta Corrente n.º 228-3.**

10.2 O valor do pagamento será reajustado anualmente, conforme Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas – IGP-M, ou outro índice oficial determinado pelo Governo Estadual.

10.3 Em caso de atraso, ou seja, se efetuado o pagamento após o 5.º (quinto) dia corrido do mês, o valor da contrapartida sofrerá a incidência de atualização financeira pelo **IGPM – Índice Geral de Preços de Mercados e juros moratórios de 1,0% ao mês, e multa equivalente a 10% (dez por cento) calculado sobre a dívida principal**, conforme o art. 39, da Lei Complementar 08/77.

10.4 A contrapartida será devida pelo Permissionário 30 (trinta) dias após a data da publicação do Termo de Permissão Onerosa de Uso no Diário Oficial, independente da realização dos trabalhos de adaptação.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA

11.1 Manter a tabela de preços em locais visíveis ao usuário, como disponibilizá-la quando solicitado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

11.2 Manter as instalações e equipamentos, até o final do último dia de prazo da permissão de uso, em perfeitas condições de conservação e uso.

11.3 Manter, durante a vigência da presente Permissão de Uso, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

11.4 Após o término da licitação, o permissionário deverá providenciar toda a documentação necessária para funcionamento perante os órgãos Municipais, Estaduais e Federais Competentes.

11.5 Prestação de Serviço que satisfaça às condições de regularidade, continuidade, eficiência e cortesia na sua prestação e modicidade dos preços.

11.6 Repassar à FAETEC o comprovante de pagamento relativo ao aluguel até o 5º dia útil do mês subsequente.

11.7 Responsabilizar-se por empregados ou prepostos quanto ao comportamento, postura, utilização de uniforme próprio e uso de crachá de identificação.

11.8 – Manter as instalações limpas e adequadas a esse tipo de comércio.

11.09 – Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, necessárias à assunção da Permissão de Uso.

11.10 – Cumprir fielmente todas as cláusulas do Termo de Permissão de Uso a ser celebrado entre as partes.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

12.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

12.2 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

12.2.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

12.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

12.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 12.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

12.3.2 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 12.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

12.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 12.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

12.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 12.1:

- a)** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c)** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d)** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e)** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

12.5 A advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida nos itens 12.6 e 12.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

12.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 12.1:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

12.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do item 12.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

12.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

12.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

12.9 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 12.1, e no item 12.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

12.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

12.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

12.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

12.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 12.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 12.1.

12.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

12.13 As penalidades previstas no item 12.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

12.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

12.14 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

12.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 12.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13- ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

13.1 – De posse do espaço, o seu funcionamento será aceito:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação, de adequação do espaço destinado à reprografia;
- b) Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do espaço aos termos da Proposta.

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls. _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

13.2 – A Administração rejeitará no todo ou em parte o funcionamento do espaço, se o local destinado à prestação dos serviços estiver em desacordo com o constante da Proposta, obrigando-se o Permissionário reparar ou substituir o que for rejeitado, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da comunicação formal por parte da FAETEC.

14- DA REVOGAÇÃO

14.1 A Permissão de Uso poderá ser revogada unilateralmente pelo Permitente, administrativamente, sem que caiba indenização a qualquer título ao Permissionário, se ocorrer qualquer uma das seguintes hipóteses:

14.1.1 Dissolução, falência ou recuperação do Permissionário;

14.1.2 Utilização diversa do espaço daquela estipulada neste Edital;

14.1.3 Atraso no pagamento superior a 02 (dois) meses;

14.1.4 Após 30 (trinta) dias corridos da publicação do Termo de Permissão de Uso, caso o permissionário, neste prazo, não inicie os trabalhos para instalação dos serviços, poderá, neste caso, a FAETEC convocar o 2º colocado da presente Licitação, com o valor da contrapartida, do licitante vencedor, atualizado pelos índices estabelecidos neste Edital;

14.1.5 O Permissionário venha fechar ou abandonar o espaço cujo uso lhe for permitido por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, a partir do início do funcionamento da reprografia.

14.1.6 Quando, por qualquer razão, não for respeitado algum item deste Edital, seus Anexos e/ou demais documentos que o compõe;

14.1.7 Inobservância de qualquer item do Regulamento Básico da Reprografia ou do ou do Termo de Permissão de Uso.

14.2 Caso o Permissionário não cumpra o tempo de Permissão de Uso estipulado neste Edital, este pagará à FAETEC, a título de multa, o valor correspondente ao restante do período de Permissão de Uso.

15- DOS RECURSOS

15.1 Os recursos das decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Presidente da FAETEC. Reconsiderando ou



EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003 /2014

não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão de Licitação o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

15.2 A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.3 Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do licitante, ou contra o julgamento da proposta de preços, terão efeito suspensivo.

15.4 A intimação dos atos referidos nas alíneas *a*, *b*, *c* e *e* do inciso I do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado – Parte I, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação dos licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

16.2 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

16.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados deverão ser notificados a retirar os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS, no prazo de 60 dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

16.6 Acompanham este instrumento convocatório os seguintes anexos:

- I.** Proposta Detalhe;
- II.** Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta
- III.** Termo de Referência com as Características do Imóvel;



**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
ANEXO I**

Processo nº : E-26/005/424/2014

Data: 23/01/2014 Fls: _____

Rubrica: _____

Licitação por : Concorrência Pública nº 003/2014

A realizar-se em: 10/07/2014 às 14h

Requisição: PES Nº 0028/2014

Proposta Detalhe

CARIMBO DA EMPRESA

A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação por **Concorrência Pública Nº 003/2014**

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO R\$	
					MENSAL	GLOBAL
1	0794.003.0001 (ID - 124939)	Permissão de uso com encargos, na área de reprografia, a fim de atender ao público interno, na Unidade CETEP QUINTINO, situado na Rua Clarimundo de Melo, 847 - Quintino Bocaiúva - Rio de Janeiro - RJ, da Rede FAETEC.	UM	1		
TOTAL						

OBSERVAÇÕES:

A PROPOSTA DETALHE deverá:

1ª - Ser datilografada, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.

2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE a cumprir os termos nela contidos.

3ª - As duas primeiras vias da PROPOSTA DETALHE deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.

4ª - A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo de execução: 12 MESES.

Validade da Proposta Detalhe (preços válidos), por 60(sessenta) dias

Local de execução: Rua Clarimundo de Melo, 847 - Quintino Bocaiúva - RJ

Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente

Em ____ / ____ / ____

OBS: Informar dados bancários:

Banco **N.º**

Agência: **C/C:**

Empresa Proponente



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº E-26/005/424/2014

Data: 23/01/2014 Fls. _____

Rubrica _____

ID: 0004219416

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

**MODELO DE
DECLARAÇÃO
DECRETO Nº 43.150 de
08/2011 e DECRETO Nº
43.687 de 07/2012**

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto **no item 8.2.1 do Edital** de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido da FAETEC antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2014.

Assinatura

Nome Completo:

Cargo:

CPF:

Doc. Identidade:

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.
- ✓ Carimbo da Empresa.

Assessoria Especial – Setor de Licitações

Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ

Tel.:2332-4108 - E- mail spl@faetec.rj.gov.br



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - JUSTIFICATIVA

As ações educacionais hoje realizadas por instituições de ensino, quer públicas quer privadas, não estão adstritas apenas ao âmbito dos componentes curriculares ou mesmo atividades de cultura e lazer.

O presente procedimento licitatório justifica-se pelo interesse público e bem estar daqueles envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem, tendo em vista a necessidade de se ter locais dentro de unidades educacionais que ofereçam opções de serviços reprográficos ao corpo docente, discentes e cooperadores que atuam na escola.

A Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC ao proporcionar mais conforto e comodidade à comunidade escolar reitera assim, seu empenho em realizar uma prestação de serviços mais plena e efetiva.

2 – DO OBJETO

Visa o presente procedimento outorgar a **permissão de uso com encargos, na área de reprografia**, a fim de atender ao público interno dentro de padrões entendidos como mínimos para a prestação com qualidade de serviços de cópias autorizadas na **Unidade CETEP QUINTINO, situado à Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro – RJ**, da Rede FAETEC.

3 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

O certame licitatório será realizado na modalidade de Concorrência, em conformidade com o art. 22 § 1º da Lei 8666/93.

4 – PRAZO CONTRATUAL

O prazo de duração de contrato será de 12 (doze) meses, a contar da publicação em Diário Oficial, podendo ser prorrogado mediante Termos Aditivos, conforme dispõe art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.



5 – DA REMUNERAÇÃO

A contraprestação da permissão de uso para fins de reprografia obrigará o permissionário ao pagamento mensal de importância a ser instituída pela FAETEC, mediante correção e atualização a ser feita pela Assessoria de Contabilidade Analítica, dos valores estabelecidos pela empresa executora de medição, realizada em 2011, utilizando índices legais, seguindo as normas NBR 14653-2 da ABNT.

6 – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Para efeito da aferição da qualidade, somente serão aceitos e, por consequência, autorizados os respectivos pagamentos os serviços prestados nas seguintes condições:

- a) As reprografias deverão reproduzir com clareza a imagem dos documentos originais, expressando fielmente os seus detalhes;
- b) As reproduções não poderão conter manchas e marcas não existentes nos originais;
- c) As reproduções deverão ser executadas com o correto posicionamento da imagem em relação ao modelo.
- d) As reproduções deverão ser executadas de acordo com a ordem das páginas do material encaminhado.
- e) O Permissionário deverá refazer sem ônus para a FAETEC, os serviços de reprografia e encadernação que não cumprirem com as especificações e padrão de qualidade descrita neste Termo de Referência.
- f) O permissionário deverá possuir copiadoras digitais que reproduzam acima de 60 cópias por minuto.
- g) Os preços unitários resultantes da proposta vencedora deverão conter, rigorosamente, 02 (duas) casas decimais, sendo desconsiderados os valores a partir da segunda casa decimal.
- h) O preço da página reprografada corresponde ao valor do milheiro dividido por mil.

7 – CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

7.1 Os equipamentos e móveis empregados pelo permissionário na exploração do espaço deverão estar sempre em adequado estado de conservação e uso, para a perfeita realização dos serviços.

7.2 O permissionário responderá pela manutenção e reparo das dependências e instalações elétricas, hidráulicas, caixas de gordura, grelhas e tubulações de escoamento de água, e dos equipamentos e móveis, realizando a sua higienização, limpeza e conservação, observando periodicamente a revisão geral dos bens porventura cedidos pela Fundação.

Diretoria Administrativa

Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ
dad@faetec.rj.gov.br www.faetec.rj.gov.br/dad



7.3 Os reparos ou consertos dos móveis e equipamentos empregados na exploração do espaço e de propriedade da FAETEC serão de responsabilidade do permissionário e a movimentação ou retirada de qualquer bem da Fundação somente poderá ser efetuada mediante autorização expressa do Gestor da permissão e acompanhada pela Divisão de Patrimônio.

7.4 Na ocorrência de desvios, furtos ou danos irreparáveis a qualquer dos móveis e equipamentos empregados na exploração do espaço e de propriedade da FAETEC, deverá o permissionário repor o bem na especificação idêntica ou, na falta deste, semelhante, com aprovação do Gestor da Permissão de Uso e da Divisão de Patrimônio da Fundação.

7.5 Todo o consumo de energia elétrica e água nas dependências do espaço explorado ficarão a cargo do permissionário e será mensurado em medidor próprio, bem como a substituição de lâmpadas, dispositivos elétricos e de todo e qualquer material relativo ao consumo de água, que se mostrar necessário. Não ocorrendo à mensuração por medidor próprio, o consumo nas dependências do espaço explorado ficará a cargo da FAETEC até que seja individualizado.

7.6 As reformas e adaptações, decorrentes do uso, que se fizerem necessárias ao funcionamento dos equipamentos e móveis empregados na exploração do espaço, serão de responsabilidade do permissionário, sem quaisquer ônus para a Fundação, e somente poderão ser efetuadas mediante autorização expressa do Gestor da permissão e acompanhadas pela Divisão de Engenharia.

7.7 A instalação das reprografias será destinada unicamente ao vencedor(a) desta Concorrência, a qual desenvolverá suas atividades comerciais, previstas em suas propostas e aceita pela FAETEC, sendo vedada outra atividade.

7.8 O Alvará das reprografia só poderá conter as atividades autorizadas pela FAETEC, mesmo quando os objetivos sociais previstos no respectivo contrato social sejam mais amplos.

7.9 Todos os funcionários das reprografia deverão ser credenciados (nome, identidade), junto a cada Unidade Educacional, que só permitirá a entrada de funcionários credenciados.

7.10 O espaço se destinará, unicamente, de forma contínua e ininterrupta, ao desempenho das atividades previstas no Termo de Permissão Onerosa de Uso, sendo vedada qualquer outra atividade, mesmo que exercida simultaneamente com a prevista.

7.11 O Permissionário pagará a FAETEC pela ocupação do espaço destinado a reprografia o valor estipulado em sua proposta, que será corrigido conforme índice previsto neste Edital.



7.12 Não será permitido ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título, a Permissão Onerosa de Uso, nem emprestar ou sublocar as reprografias, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma permitir a terceiros o uso desta.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO

8.1 Manter a tabela de preços em locais visíveis ao usuário, bem como disponibilizá-la quando solicitado.

8.2 Manter as instalações e equipamentos, até o final do último dia de prazo da permissão de uso, em perfeitas condições de conservação e uso.

8.3 Manter, durante a vigência da presente Permissão de Uso, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.4 Após o término da licitação, o permissionário deverá providenciar toda a documentação necessária para funcionamento perante os órgãos Municipais, Estaduais e Federais competentes.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA FAETEC

9.1 Designar servidor, que atuará como Gestor da Permissão de Uso, com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que seja necessário para a regularização de eventuais falhas, faltas e defeitos observados.

9.2 Permitir o livre acesso dos empregados do permissionário nas dependências da Unidade para execução dos serviços, desde que uniformizados e identificados com crachá.

9.3 Realizar pesquisa de opinião da clientela do espaço, visando apurar o grau de satisfação dos usuários sobre os serviços prestados, sugerindo alterações ou remoção dos itens abaixo da expectativa.

10. DA VISTORIA TÉCNICA

10.1 O permissionário interessado em participar da licitação deverá vistoriar os locais onde os serviços serão prestados, examinando todas as instalações, tomando ciência de suas características, o estado de conservação dos bens e eventuais dificuldades para a execução da atividade, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento ou esquecimento de qualquer detalhe que venha prejudicar sua perfeita execução.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

10.2 A vistoria poderá ser realizada, nos dias úteis, na data estipulada quando da realização da licitação, até o penúltimo dia útil anterior à data da realização, devendo ser contatado na visita a Divisão de Patrimônio da unidade de ensino.

10.3 Após a realização da vistoria será assinado o Termo de Vistoria, por servidor da Divisão de Patrimônio, que deverá fazer parte da documentação de habilitação do permissionário. O Termo de Vistoria será emitido em três vias, ficando uma delas em poder do licitante uma para a Unidade e a outra para a Comissão Permanente de Licitação - FAETEC.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014

----- Original assinado -----

Mauro Lopes Guimarães
Diretor Administrativo

Diretoria Administrativa

Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ
dad@faetec.rj.gov.br www.faetec.rj.gov.br/dad



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

COMPLEMENTO DO ANEXO III

LAUDO DE AVALIAÇÃO USO RESTRITO*

OBJETIVO

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE IMÓVEIS

CONTRATANTE

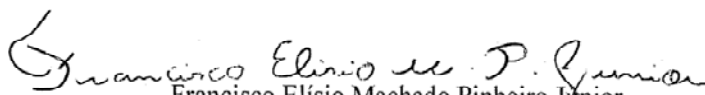
FAETEC – FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

(Segundo a norma N.B.R. 14653-2 da A.B.N.T. – Associação Brasileira de Normas Técnicas)

DATA

CARMO-RJ, 03 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nota: O presente Laudo de Avaliação é composto de 72 páginas, todas devidamente rubricadas, sendo a folha de rosto assinada.


Francisco Elísio Machado Pinheiro Júnior
Arquiteto e Urbanista
CREA-RJ: 2008115117

ANGULAR CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CNPJ.11.050.943/0001-45

Rua Geraldo de Souza Câmara nº328-A Bairro Ulisses Lemgruber
Carmo-RJ-Tel:22-25371102-e-mail:angularconstrucoes@hotmail.com

(*)Laudo de uso restrito: elaborado segundo condições pré-estabelecidas entre contratante e contratado, para fins patrimoniais e sua exibição para terceiros ou emissão de cópias é prerrogativa do Contratante, sem transgressão da Norma supra-citada.

Unidade CETEP Quintino

Espaço Reprografia (Foto 09):

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<i>ÁREAS</i>	
Construção	Área útil (Figura 4-7): Ac = 9,90m ²
	Total Act = 9,90 m ²
<i>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS</i>	
Natureza da construção	<ul style="list-style-type: none"> • Comercial.
Padrão construtivo	<ul style="list-style-type: none"> • Simples (-).
Idade de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • 25 anos.
Estado de conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Regular, necessitando de reparos simples.
Paredes	<ul style="list-style-type: none"> • Em alvenaria de tijolos assentes c/ argamassa de cal e areia.
Esquadrias	<ul style="list-style-type: none"> • Portas internas e externas: madeira. (Foto10) • Janelas: vidro/ferro.
Telhado	<ul style="list-style-type: none"> • Laje/ telha de barro sobre tesouras madeira.
Parede	<ul style="list-style-type: none"> • Látex s/ massa (Foto 11)
Piso	<ul style="list-style-type: none"> • Cerâmica
Forro	<ul style="list-style-type: none"> • Laje

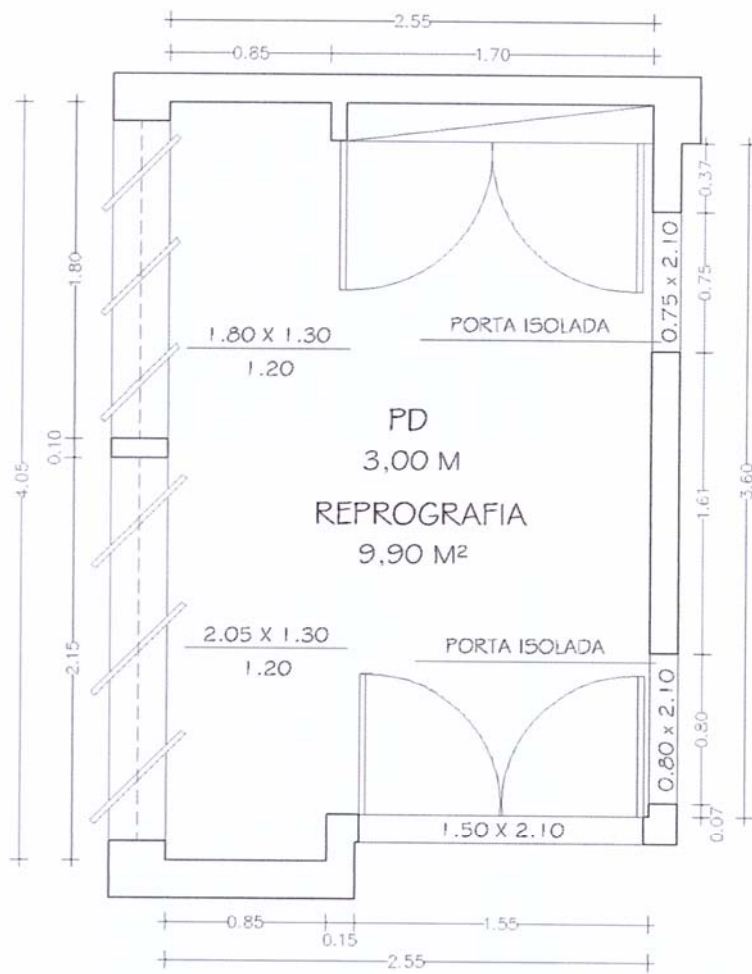


Figura 4-7 - Planta Baixa – Espaço Reprografia



Foto 11

Reprografia - Interna.

Valor do Espaço Reprografia:

Valor de Locação do Espaço Reprografia

$$V_L = V_{rd} \cdot i / (1 - E)$$

Sendo, V_L = valor locativo; V_{rd} = valor de venda do imóvel em função da capitalização da renda líquida mensal ; I = taxa mensal de rentabilidade efetiva de mercado; E = despesas condominiais

$$V_L = 60.000,00 \times 0,01 / (1 - 0,0)$$

$$V_L = \text{R\$ } 600,00 / \text{ mês}$$

$$V_L = \text{R\$ } 7.200,00 / \text{ ano}$$

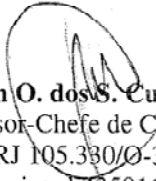


À ASJUR

Em atenção a solicitação de fls. 34 procedemos a correção utilizando o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme segue:

	03/11/2011
Valor Mês Atual	R\$ 600,00
Valor Ano Atual	R\$ 7.200,00
Índice IGPM de OUT/2012	7,5222%
Valor Mês Corrigido 2012	R\$ 645,13
Valor Ano Corrigido 2012	R\$ 7.741,60
Índice IGPM de OUT/2013	5,2726%
Valor Mês Corrigido 2013	R\$ 679,15
Valor Ano Corrigido 2013	R\$ 8.149,78

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014.


Nelson O. dos S. Cunha
Assessor-Chefe de Contabilidade
CRC/RJ 105.330/O-3
Id. Funcional 4359164-7
Matrícula 000.986-0



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

13.02.10.12

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO
DE CUMPRIMENTO AO ART.
7º, XXXIII, DA CF**

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não atribui a menor de dezoito anos trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2014.

Assinatura

Nome Completo:

Cargo:

CPF:

Doc. Identidade:

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.
- ✓ Carimbo da Empresa.

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiuva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº E-26/005/424/2014

Data: 23/01/2014 Fls _____

Rubrica _____

ID: 0004219416

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO
EM ATENDIMENTO AO
DECRETO 33.925/03**

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014**, promovido pela FAETEC e marcado para às ___/___ horas do dia ___/___/2014, no endereço Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – RJ, que a firma (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende às exigências impostas pelo Decreto Estadual nº 33.925 de 18/09/03, relacionadas com a existência em seus quadros de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitada, conforme dados a seguir:

- nº total de empregados, _____;
- nº total de empregados reabilitados e/ou deficientes, _____.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2014.

Assinatura

Nome Completo:

Cargo:

CPF:

Doc. Identidade:

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.
- ✓ Carimbo da Empresa

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº E-26/005/424/2014

Data: 23/01/2014 Fls _____

Rubrica _____

ID: 0004219416

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

**MODELO DE DECLARAÇÃO
EM ATENDIMENTO AO
DECRETO 33.925/03 -
ISENTA**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ISENCÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014**, promovido pela FAETEC e marcado para às ___/___ horas do dia ___/___/2014, no endereço Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – RJ, que a firma (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, está **ISENTA**, nos termos do Decreto Estadual nº 33.925 de 18/09/03, de contratar trabalhadores beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitada, uma vez que possui apenas _____ empregados.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

Assinatura

Nome Completo:

Cargo:

CPF:

Doc. Identidade:

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.
- ✓ Carimbo da Empresa

Assessoria Especial – Setor de Licitações

Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio a Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

13.02.10.14

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

**MODELO DE
DECLARAÇÃO PARA
MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

.....(razão social do licitante) , inscrita no CNPJ sob o nº..... , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) , portador(a) entidade nº e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no subitem **5.3.1 “h”** do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

Assinatura _____

Nome Completo:

Cargo:

CPF:

Doc. Identidade:

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.
- ✓ Carimbo da Empresa
- ✓ Assinalar com um “X” a condição da empresa.
- ✓ Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ
assesep@faetec.rj.gov.br



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-26/005/424/2014
Data: 23/01/2014 Fls _____
Rubrica _____
ID: 0004219416

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

(NOME DA EMPRESA / PESSOA FÍSICA), inscrita no CPF / CNPJ sob o nº _____, licitante da **Concorrência Pública n.º 003/2014**, promovido pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, **DECLARA** por meio de seu **Responsável Legal Sr.(a)** _____, portador(a) da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, que a Unidade _____, situada no endereço _____, foi vistoriada no dia ___/___/___, tendo tomado conhecimento dos serviços que serão executados.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2014.

Assinatura e Carimbo do Licitante

Representante da Divisão de Patrimônio

Assinatura

Nome:

Cargo:

Matrícula:

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES (Deverá ser retirada após preenchida)

- **Esta declaração deverá ser emitida em 3 (três) vias e totalmente preenchida**, sendo uma para o **Licitante, uma para a Unidade e a outra para a Comissão Permanente de Licitação-FAETEC.**
- Deverá ser vistada com **data, nome e nº da matrícula, bem como devidamente carimbada pelo responsável e pelo servidor designado pela FAETEC.**
- Esta declaração **deverá ser encaminhada à Comissão Permanente de Licitação**, situada na Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, nesta cidade, **até o dia 09/07/2014 no horário de 10:00h às 17:00h, sob pena de desclassificação.**
- A visita técnica **deverá ser agendada previamente**, de segunda-feira a sexta-feira no horário de **9:00h às 17:00h, em dias úteis, na DIVPAT, pelo telefone (21) 2332-4088**, respeitando o prazo constante no item **5.6.2.1.**

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Processo Nº E-26/005/424/2014 Data: 23/01/2014 Fls _____ Rubrica _____ ID: 0004219416

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

ANEXO IX

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rio de Janeiro, de _____ de 2014.

Prezados Senhores:

Pelo presente, fica credenciado o Sr.(a),
na qualidade de, residente na Rua
.....n.º....., no bairro de Identidade n.º, expedida
em pelo Instituto, CPF n.º
..... para representar a firma, situada na Rua
.....n.º, cidade, Estado,
inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o n.º, na licitação
por **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014, Proc. E-26/005/424/2014**, a ser realizada
nesta data, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários, inclusive prestar
esclarecimentos, receber avisos e notificações, interpor recursos, assinar atas e outros
documentos, manifestando-se quanto à desistência dos mesmos.

Atenciosamente,

Nome completo do emitente
N.º da carteira de identidade e órgão emissor
Apor o carimbo da firma

Observação: A carta de credenciamento só terá valor quando assinada pelo representante legal da firma licitante, com poderes estatutários e/ou contratuais para constituir mandatários e em formulários próprios da empresa. No caso de pessoa física, deverá haver reconhecimento da firma, em Cartório, da assinatura do licitante outorgante.

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

FAETEC
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Nº 003/2014

ANEXO X

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA _____ Nº. ____ NO MUNICÍPIO DE _____ - Rio de Janeiro - RJ, **PARA EXPLORAÇÃO DE REPROGRAFIA**, QUE ENTRE SI CELEBRAM: 1) **FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA - FAETEC**, COMO **PERMITENTE**, E 2) _____, COMO **PERMISSIONÁRIO**, NA FORMA ABAIXO:

A **FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA**, CNPJ n.º 31.608.763/0001-43, situada na Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro - RJ, doravante designado simplesmente **FAETEC**, neste ato representada pela sua Presidente, **Sra. MARIA CRISTINA LACERDA SILVA**, portadora da carteira de identidade n.º 02.431.925-3, expedida pelo IFP/RJ e inscrita no CPF n.º 023.908.977-46 e, de outro lado, “Pessoa Física” ou “Jurídica”, portador da carteira de identidade n.º expedida pelo _____ e do CPF ou CNPJ n.º _____, estabelecido / domiciliado nesta cidade, na Rua

Bairro de _____, na cidade do _____, doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIO**, tendo em vista o decidido no processo, é assinado o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL, a título precário, na forma do constante no processo administrativo n.º **E-26/005/424/2014** e que se regerá pelas seguintes normas: Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Complementar n.º. 8, de 25 de outubro de 1977 e alterações, na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui objeto desta permissão de uso, com encargos, o imóvel de propriedade da FAETEC, a **Unidade CETEP QUINTINO**, situado na **Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – RJ**, para exploração de **REPROGRAFIA** a fim de atender ao público interno.

CLAUSULA SEGUNDA: DESTINAÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel objeto desta permissão de uso destinar-se-á, exclusivamente, ao uso com encargos, na área de reprografia, a fim de atender ao público interno dentro dos padrões entendidos como mínimo para a prestação com qualidade de serviços de cópias autorizadas, vedada a sua



destinação para finalidade diversa, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

Parágrafo Único: A Prestação de Serviços de reprografia no espaço destinado para tal, deverá ser feita exclusivamente em dias e horários de funcionamento da Unidade.

CLAUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente permissão de uso se rege pelo disposto nos artigos 35 e seguintes da Lei Complementar nº. 8, de 25.10.1977, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio estadual.

CLAUSULA QUARTA: PRAZO

O prazo de vigência deste termo **será de 12 (doze) meses**, contados a partir de dd/mm/aaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.E.R.J, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

Parágrafo Único – De acordo com a legislação aplicável, esta permissão de uso é concedida ao PERMISSONÁRIO em caráter eminentemente precário, ficando ajustado, entretanto, que, sem prejuízo dessa precariedade, expressamente reconhecida pelo PERMISSONÁRIO, não poderá a utilização efetiva do imóvel **exceder a 05 (cinco) anos**, contados da data da assinatura deste termo.

CLAUSULA QUINTA: REMUNERAÇÃO

Como contraprestação pela permissão de uso objeto deste Termo, o PERMISSONÁRIO pagará a FAETEC, mensalmente, a importância de R\$ _____ (_____), que deverá ser recolhida à instituição financeira contratada pelo Estado, até o 5.º (quinto) dia corrido do mês, subsequente ao vencido, mediante a apresentação do boleto bancário expedido por instituição financeira contratada pelo ESTADO para este fim. Dentro do prazo de 20 (vinte) dias do pagamento, deverá o PERMISSONÁRIO comprovar, junto à Coordenação do Patrimônio Imobiliário do Estado, o recolhimento efetuado sob a rubrica adequada.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento do valor estipulado no dia aprazado fará incidir para o PERMISSONÁRIO a multa equivalente **a 10% (dez por cento)** do valor devido, além da incidência de juros de mora de 1% ao mês, além da atualização monetária pelo **IGPM – Índice Geral de Preços de Mercados**.

Parágrafo Segundo – O PERMISSONÁRIO remeterá à **Assessoria de Contabilidade – ASSCONT**, até o dia seguinte ao pagamento, cópia do boleto bancário, pessoalmente ou via **Fax: (21) 2332-4068**, com a autenticação bancária legível.



MINUTA

CLAUSULA SEXTA: CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

Obriga-se o PERMISSONÁRIO a bem conservar o imóvel cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLAUSULA SÉTIMA: MONTAGENS, CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS

É vedado ao PERMISSONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da FAETEC, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades estaduais e municipais competentes.

Parágrafo Único: - Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio da FAETEC, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e/ou instalações existentes no imóvel, assegurado a FAETEC, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLAUSULA OITAVA: FISCALIZAÇÃO

Obriga-se o PERMISSONÁRIO a assegurar o acesso ao imóvel objeto da permissão aos servidores da Divisão de Patrimônio da FAETEC, ou outro responsável, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLAUSULA NONA: OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

A FAETEC não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pelo PERMISSONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do imóvel objeto deste termo. Da mesma forma, a FAETEC não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLAUSULA DÉCIMA: OUTROS ENCARGOS

O PERMISSONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste termo ou da utilização do imóvel, bem como da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao PERMISSONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.

Parágrafo Único: - O PERMISSONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte da FAETEC, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se



propõe a realizar no imóvel objeto deste termo, ficando estipulado que se o licenciamento não for concedido ou renovado, ensejará a rescisão imediata do presente Termo.

CLAUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: RESTRIÇÕES OUTRAS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obriga-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

- a) a desocupar o imóvel e restituí-lo a FAETEC, nas condições previstas no parágrafo único da cláusula décima terceira, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) a não usar o imóvel senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o imóvel objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo com expressa e prévia autorização da Presidência da FAETEC e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.
- d) A não usar o imóvel, objeto do presente Termo, fora do horário e dias de aula, salvo mediante prévia autorização escrita da Presidência da FAETEC.

CLAUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: FORÇA MAIOR

Em caso de incêndio ou da ocorrência de qualquer outro motivo que venha a impedir, total ou parcialmente, provisória ou definitivamente, o uso do imóvel para as finalidades a que se destina (Cláusula Segunda), poderá a FAETEC, mediante decisão do Presidente, a seu exclusivo critério:

1. considerar terminada a permissão de uso, sem que o PERMISSIONÁRIO tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, ou
2. não considerar como integrante do prazo de efetiva utilização do imóvel (Cláusula Quarta) o período de tempo equivalente ao das obras de restauração ou impedimento provisório do uso deste, devendo, em tal caso, ser lavrado termo de aditamento ao presente termo.

CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir o imóvel em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

Parágrafo Único - Qualquer dano porventura causado ao imóvel objeto da presente permissão será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo a FAETEC exigir a reposição



das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.

CLAUSULA DÉCIMA-QUARTA: MULTAS

No caso do não atendimento a qualquer exigência formulada pela FAETEC, ou do descumprimento de qualquer obrigação assumida no presente termo, ou ainda no de eventual infração a qualquer dos deveres assumidos, ficará o PERMISSIONÁRIO sujeito à rescisão de pleno direito deste termo, bem como a arcar com as multas que lhes forem impostas pela FAETEC, no valor correspondente a, no mínimo, _____(_____) UFIR's estaduais, e, no máximo, _____(_____) UFIR's estaduais, a serem pagas em moeda corrente, pela conversão ao valor destes títulos vigente à época da imposição da penalidade.

Parágrafo Primeiro: O PERMISSIONÁRIO ficará sujeito à multa diária do valor equivalente a _____(_____) UFIR's estaduais, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso não restituir o imóvel na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

Parágrafo Segundo: A multa incidirá até o dia em que o imóvel for efetivamente restituído ou retorne àquelas condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO, seja pela adoção de medidas por parte da FAETEC. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLAUSULA DÉCIMA-QUINTA: REMOÇÃO DE BENS

Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do imóvel pelo PERMISSIONÁRIO, poderá a FAETEC promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pela FAETEC para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSIONÁRIO.

Parágrafo Segundo: Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá a FAETEC, mediante decisão e a exclusivo critério do Presidente da FAETEC:

- I. doá-los, em nome do PERMISSIONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;
- II. vendê-los, ainda em nome do PERMISSIONÁRIO, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito do PERMISSIONÁRIO



para com a FAETEC ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome do PERMISSONÁRIO. Para a prática dos atos supra-mencionados, concede o PERMISSONÁRIO, neste ato, a FAETEC, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLAUSULA DÉCIMA-SEXTA: RESCISÃO DE PLENO DIREITO

Sem prejuízo da natureza precária desta permissão, o descumprimento, pelo PERMISSONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará a FAETEC o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: - Rescindida a permissão, a FAETEC, de pleno direito, se reintegrará na posse do imóvel e de todos os bens afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLAUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

O PERMISSONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências através de qualquer uma das seguintes formas:

- I. Publicação no Diário Oficial do Estado, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSONÁRIO;
- II. por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.);
- III. pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSONÁRIO:
 - a. no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado da FAETEC;
 - b. através do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLAUSULA DÉCIMA-OITAVA: RITO PROCESSUAL

A cobrança de quaisquer quantias devidas a FAETEC e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei.

Parágrafo Único: - Por essa via a FAETEC poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.



MINUTA

CLAUSULA DÉCIMA-NONA: FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A FAETEC providenciará, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura, o encaminhamento de cópia autêntica do presente Termo ao Tribunal de Contas e à Contadoria Geral do Estado, junto à Secretaria de Estado de Fazenda.

CLAUSULA VIGÉSIMA: PUBLICAÇÃO

O presente Termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, por conta do PERMISSIONÁRIO, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

CLAUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: FORO

Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, renunciando o PERMISSIONÁRIO, por si, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer outro foro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS

O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas e por mim que o lavrei, em 3 (três) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, em ____ de _____ de 2014.

Maria Cristina Lacerda Silva
Presidente - FAETEC

CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____